



Comissão de Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CRIPDDCA

Projeto de Lei Ordinária: nº586/2023

Autora: Deputada Mayra Dias

Relator: Deputado Abdala Fraxe.

"Estabelece incentivos e proteção aos denunciantes de casos de trabalho infantil, garantindo-lhes sigilo e imunidade contra represálias".

PARECER

1. RELATÓRIO

A excelentíssima Deputada Estadual Mayra Dias, sujeitou à deliberação do Projeto de lei ordinária nº586/2023, explicitando seu objeto de modo conciso e sob a forma de título, conforme ementa acima transcrita.

A proposição foi apresentada no dia 20 de junho de 2023, sendo incluída em pauta nas reuniões ordinárias, sem receber emendas.

O projeto fora encaminhado as comissões técnicas permanentes Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu parecer favorável. Seguindo o Processo Legislativo o projeto foi encaminhado a Comissão de Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Designado como relator passo a emitir Parecer, com a finalidade de instruir o posicionamento a ser adotada por seus membros e, posteriormente, a decisão do Plenário.

É o Relatório.
Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Ao realizar a análise da propositura vislumbra-se que é de suma relevância social, tendo em vista que o objetivo do projeto de Lei é garantir proteção a quem denuncia essa atrocidade contra crianças.

O trabalho infantil é uma grave violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, prejudicando seu desenvolvimento físico, intelectual e psicossocial. É dever do Estado e de toda a sociedade combater efetivamente essa prática, garantindo a proteção e o pleno exercício dos direitos das crianças.

Muitas vezes, as pessoas que presenciaram ou têm conhecimento de situações de exploração de crianças podem se sentir amedrontadas ou desencorajadas a denunciar, temendo represálias ou consequências negativas para si e suas famílias.



ASSE
Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

O AMAZONAS
le Albuquerque, P
nazonas

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.059679:

ABDALA HABIB FRAXE JUNIOR - EM 28/11/2023 10:25:40

MAYRA BENITA ALVES DIAS GARCIA - DEPUTADO(A) - EM 28/11/2023 10:41:11

DAN CAMARA - DEPUTADO(A) - EM 28/11/2023 12:08:50

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 9B98E0EC000F1841 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



O presente projeto de lei busca preencher essa lacuna ao estabelecer incentivos e proteção aos denunciante de trabalho infantil. Ao garantir o sigilo da identidade dos denunciante, preservando sua integridade física, moral e psicológica, e proibir qualquer forma de retaliação ou represália contra eles, estamos criando um ambiente seguro para que possam se manifestar sem medo.

No que tange a análise desta Comissão ao projeto de lei, entendo que o projeto encontra-se em consonância com o art. 27, inciso XIX, do regimento interno, senão vejamos;

Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

(...)

XIX - Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens:

a) pesquisar, acompanhar, debater, defender, orientar, apoiar, fiscalizar e expedir auto de constatação, de forma intersetorial, programas e ou projetos relativos aos interesses das crianças, adolescentes e jovens;

(...)

c) analisar medidas que visem ao protagonismo, ao fortalecimento e à ampliação de programas e ou projetos destinados às crianças, adolescentes e jovens, em seus diversos campos de atuação;

d) manifestar-se sobre os temas relativos aos interesses, direitos e deveres das crianças, adolescentes e jovens;

Logo, após verificar questões temáticas desta Comissão, certifica-se que, não há óbices a propositura a ensejar a inviabilidade do Projeto de Lei sob análise, vez que não contraria a legislação existente com mérito relevante da matéria.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, com fundamentação no artigo 36 do Regimento Interno, entendendo que o presente projeto atende os requisitos legais e formais, em nosso voto concluímos como **APROVADO**, o projeto de lei ordinária nº586/2023. de autoria da Deputada Mayra Dias conclamando aos nobres pares desta dought casa a idêntico voto.

Sala de reuniões da Comissão de Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CRIPDDDDCA.

Manaus, 28 de novembro de 2023.

Deputado ABDALA FRAXE
AVANTE

